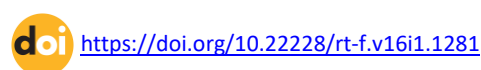


UMA HISTÓRIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA CIDADE DE CAMPO GRANDE, BRASIL, MS (1921 - 2000)

A HISTORY OF WATER SUPPLY IN THE CITY OF CAMPO GRANDE, BRAZIL, MS (1921 - 2000)



Fabiano Quadros Rückert

 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0887-5851>

 Email: fabianoqr@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em historicizar o processo de implantação e expansão da rede de abastecimento de água ocorrido na cidade de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), no período entre 1921 e 2000. Dialogando com a História Urbana, o artigo aborda as relações entre a urbanização da capital sul-mato-grossense, a crescente demanda por água potável e as iniciativas do poder público voltadas para o atendimento da respectiva demanda. Dentro do escopo temático delimitado e considerando o marco cronológico fixado, destacamos alguns aspectos técnicos do sistema de abastecimento de água implantando em Campo Grande; analisamos dados sobre a gestão política e financeira do serviço e apresentamos informações sobre a gradual expansão na oferta de água em rede. O texto concede especial atenção para o envolvimento de diversas instituições públicas na gestão do abastecimento de água, na cidade de Campo Grande.

Palavras-chave: Campo Grande, abastecimento de água, urbanização

Abstract: The objective of this article is to historicize the process of implementation and expansion of the water supply net work that took place in the city of Campo Grande, capital of the State of Mato Grosso do Sul (MS), in the period between 1921 and 2000. Dialoging with Urban History, the article discusses the relationships between the urbanization of the capital of Mato Grosso do Sul, the growing demand for drinking water and the initiatives of the public power to meet the respective demand. Within the delimited thematic scope and considering the fixed chronological framework, we highlight some technical aspects of the water supply system implemented in Campo Grande; we analyze data on the political and financial management of the service and present information on the gradual expansion in the supply of network water. The text gives special attention to their involvement of several public institutions in the management of water supply in the city of Campo Grande.

Keywords: Campo Grande, watersupply, urbanization

Introdução¹

No momento em que este artigo está sendo escrito [março de 2023], existe um impasse quanto ao futuro do sistema de financiamento do saneamento no Brasil. O impasse não é novo: há mais de 20 anos, o Congresso Nacional discute as vantagens e desvantagens da participação do capital privado nos serviços de saneamento. Em 2020, sob a gestão do Presidente Jair Messias Bolsonaro, entrou em vigor o novo Marco Nacional do Saneamento (BRASIL, 2020) e ampliaram-se as possibilidades de investimentos privados no abastecimento de água e nos demais serviços de saneamento (esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos e drenagem urbana). No entanto, a coligação política que apoiou a eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva inclui adeptos da restrição ao capital privado na oferta dos serviços de saneamento e existem propostas de reformulação nas diretrizes do atual marco.

Na ausência de um consenso sobre o financiamento do saneamento no Brasil, acreditamos que a história do abastecimento de água na cidade de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, oferece elementos importantes para uma reflexão sobre as potencialidades e limitações da atuação do poder público na oferta de um serviço que é imprescindível para a saúde pública, para a economia urbana e para a qualidade de vida da população.

No caso específico da história do saneamento em Campo Grande, consideramos pertinente destacar quatro fatores conjunturais que influenciaram nas relações entre a demanda e a oferta água potável, na respectiva cidade. São eles: (1) nas quatro últimas, Campo Grande apresentou um crescimento demográfico superior ao da média nacional; (2) o aumento populacional acentuado e a rápida expansão da malha urbana produziram uma crescente demanda por água potável; (3) ao mesmo tempo em que a demanda crescia, os investimentos públicos na expansão do saneamento, na capital sul-mato-grossense, se tornavam mais escassos, sobretudo a partir de 1986, ano de extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), o principal órgão de financiamento do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA); (4) em 1998, a municipalidade de Campo Grande reassumiu o controle do serviços de saneamento e encaminhou ações que resultaram na privatização dos serviços. O trâmite da privatização foi concluído com a assinatura do Contrato n. 104 de 18 de

¹ A pesquisa foi desenvolvida com recursos procedentes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), via Processo nº. 407343/2021-0 (Edital Universal de nº 18/2021). A pesquisa também contou com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e está vinculada ao Laboratório Interdisciplinar de Estudos Urbanos (LIEU).

outubro de 2000,² documento que estabelece as regras da concessão negociadas entre a municipalidade de Campo Grande e a empresa concessionária – que atualmente é a *Águas Guariroba*.

Os quatro fatores conjunturais, descritos de forma sucinta, anteriormente, apontam para a existência uma relação causa/efeito entre o crescimento na demanda por água, a crise no sistema público de financiamento no período pós-PLANASA e a privatização dos serviços de saneamento em Campo Grande. No entanto, este tipo de relação, apesar de coerente com os fatos, não explica todas as variáveis do processo que resultou na privatização. No nosso entendimento, a existência de um déficit na oferta de água potável e as dificuldades do poder público para financiar a expansão das redes de saneamento, por si só, não justificam a escolha pela privatização. Outras capitais brasileiras enfrentaram problemas similares e não optaram pela privatização. Isto nos permite inferir que a privatização do saneamento em Campo Grande foi uma decisão predominantemente política – uma decisão promovida no contexto da reforma neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Durante a maior parte da sua história, Campo Grande conviveu com o problema do déficit na oferta de água potável, e, os investimentos públicos, apesar de insuficientes e irregulares, possibilitaram uma constante expansão no volume de água distribuído e na extensão das redes hidráulicas. Nesse sentido, consideramos pertinente historicizar a experiência da gestão pública do abastecimento de água em Campo Grande no período anterior à privatização, para relativizar o discurso da ineficiência do setor público. Isto não significa negar a existência de limitações financeiras na administração pública, ou desconsiderar aspectos burocráticos que frequentemente incidem nos custos e no tempo de execução de projetos e obras contratados e/ou executados pelo poder público. O que almejamos, com este estudo, é apresentar uma narrativa, baseada em fontes documentais, que valorize as iniciativas do poder público na promoção do abastecimento de água na capital de Mato Grosso do Sul, sem perder de vista que elas foram influenciadas por fatores conjunturais amplos e complexos.

No intuito de localizar informações necessárias para uma narrativa sobre a história do abastecimento de água em Campo Grande, iniciamos a coleta de documentos no Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA). No acervo desta instituição, localizamos o primeiro projeto para captação de água em Campo Grande – documento elaborado pelo

² O Contrato n. 104 de 18 de outubro de 2000 está disponível no site da Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Campo Grande (AGEREG). O respectivo documento foi acessado pelo link <https://prefcg-repositorio.campogrande.ms.gov.br/wp-cdn/uploads/sites/6/2017/08/Contrato-n.-104-2000.pdf>

engenheiro militar Temístocles Paes de Sousa Brasil e publicado originalmente em 1921, e o Relatório da Intendência referente ao ano de 1921. Ambos registram os movimentos iniciais do poder público para prover a cidade com água potável.

Na intenção de historicizar a atuação da municipalidade na execução das obras da primeira rede hidráulica, consultamos o acervo do Arquivo Público de Mato Grosso. Quantitativamente, o resultado da consulta foi insatisfatório, sobretudo porque não encontramos os Relatórios da Intendência para as décadas de 1930 e 1940. Contudo, as poucas peças documentais localizadas comprovam a existência de uma rede hidráulica inaugurada em 1926 e progressivamente expandida com recursos municipais.

Cientes de que a seriação dos Relatórios da Intendência de Campo Grande era inviável, optamos por uma outra estratégia e direcionamos nossa atenção para o acervo documental da Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB), órgão do município de Campo Grande; e para o acervo da Biblioteca Estadual Dr. Isaias Paim, instituição vinculada a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. Nestes, encontramos o conjunto principal dos documentos usados na construção do artigo.³

A partir do cruzamento de documentos localizados em diferentes instituições, e com o auxílio da bibliografia especializada, organizamos uma narrativa sobre o abastecimento de água na cidade de Campo Grande, fracionada em três períodos. O primeiro começa em 1921, ano da publicação do *Relatório dos Estudos para o Abastecimento de água aos quartéis de Campo Grande*, e se estende até 1975, quando a gestão do serviço foi assumida pela Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso (SANEMAT). O segundo contempla o hiato de tempo entre a concessão para a SANEMAT e a transferência dos serviços para a SANESUL, fato ocorrido em 1979, como consequência da criação do Estado de Mato Grosso do Sul. O terceiro período abrange as décadas de 1980 e 1990 e se encerra com a privatização dos serviços de saneamento em Campo Grande.

A cidade de Campo Grande e as primeiras décadas do abastecimento de água em rede

O povoamento de Campo Grande ganhou forma inicial na segunda metade do século XIX, quando a família de José Antônio Pereira, procedente de Minas Gerais, se instalou na área localizada entre os córregos Prosa e Segredo. Em agosto de 1899, por meio da

³ Registramos aqui nosso agradecimento aos funcionários responsáveis pela Biblioteca Estadual Dr. Isaias Paim e pela biblioteca setorial da PLANURB.

Resolução 225, a localidade, então denominada “Arraial de Santo Antônio de Campo”, foi enquadrada como Vila, e três anos depois, foi elevada a condição de município.⁴

Na sua fase inicial de urbanização, Campo Grande adotou o Código de Posturas aprovado pelo Câmara Municipal em 1905, e procurou organizar o traçado das ruas a partir do projeto de planificação urbana elaborado pelo engenheiro Nilo Javari Barém, em 1909.

Desfrutando de uma localização privilegiada dentro das rotas comerciais que conectavam o interior de Mato Grosso com o sul e o sudeste do Brasil, nas suas primeiras décadas de existência, o município de Campo Grande vivenciou um incremento demográfico e comercial decorrente da construção da Ferrovia Noroeste e da instalação de unidades militares no sítio urbano.⁵ No decênio entre 1910 e 1920, a população cresceu na faixa de 11% ao ano e a demanda por água potável aumentou.⁶

Em 1919, o Intendente Rosário Congro expressou preocupação com a qualidade das águas consumidas pela população e advertiu para o risco do “aparecimento de moléstias endêmicas” decorrentes da contaminação dos mananciais. No mesmo ano, Congro recomendou que a Câmara Municipal providenciasse os estudos necessários para o serviço de abastecimento de água.

No Relatório referente ao ano de 1919, o Intendente defendeu que as obras para captação e distribuição de água fossem executadas pelo município, ainda que isto implicasse na contratação de um empréstimo bancário. Na previsão de Congro, a receita gerada pela taxa de abastecimento de água poderia pagar os juros decorrentes do empréstimo bancário, e as obras realizadas, futuramente, se tornariam “uma nova fonte de receita”.⁷

Na mesma época em que a municipalidade estudava como prover a cidade de água potável em rede, o Ministério de Guerra encaminhou ações visando assegurar a oferta de água para as unidades militares instaladas em Campo Grande. Em 1921, o engenheiro

⁴ GARDIN, Cleonice. *Campo Grande: entre o Sagrado e o Profano*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

⁵ ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. *Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória*. Campo Grande: UFMS, 2006; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos*. A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX. Bauru/Campo Grande: EDUSC/ Editora UFMS, 2004.

⁶ ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. Campo Grande – primeiras décadas. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL. *Ligeira notícia sobre a vila de Campo Grande & Relatório dos estudos para o abastecimento de água aos quartéis de Campo Grande*. Campo Grande: GIBIM Gráfica e Editora, p. 18.

⁷ CONGRO, Rosário. *Relatório encaminhado pelo intendente Rosário Congro a D. Francisco de Aquino Correia, presidente do Estado, como prestação de contas de sua administração, de 05/09/1918 a 07/09/1919*. [O Município de Campo Grande em 1919]. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2019, p. 12.

militar Temístocles Paes de Sousa Brasil⁸ estudou os mananciais existentes na localidade e apresentou o resultado dos estudos no documento intitulado *Relatório dos Estudos para o Abastecimento de água aos quartéis de Campo Grande*.

O *Relatório* redigido por Sousa Brasil possibilitou o desenvolvimento de uma experiência de cooperação entre o Ministério de Guerra e a municipalidade de Campo Grande, ambos interessados no abastecimento de água para a população local. O resultado desta cooperação foi registrado no Relatório da Intendência apresentado à Câmara Municipal por Arlindo Andrade Gomes, em 1921. Segundo o Intendente, a municipalidade comprometeu-se com a “desapropriação de todas as vertentes necessárias para o abastecimento da cidade, [...]”; e o Ministério de Guerra, por sua vez, comprometeu-se com as obras para captação e condução das águas das “cabeceiras do Jacynto e do Chaves” até o perímetro urbano.⁹

O ponto de captação foi escolhido a partir dos estudos de Sousa Brasil e estava localizado a “7.800 metros da cidade”, numa área de topografia elevada, o que possibilitou o abastecimento por gravidade. O sistema de captação foi construído para receber águas das “cabeceiras do Jacynto e do Chaves”, podendo ser futuramente ampliado para incorporação dos mananciais localizados nas propriedades de “Joaquim Português” e do “general Reveilleau.” Quando finalizado, o sistema teria capacidade para abastecer uma população de 25 mil habitantes.¹⁰

O acordo firmado entre a municipalidade e o Ministério de Guerra não foi cumprido na sua totalidade. O Ministério de Guerra providenciou a construção da represa de captação, mas não executou as obras para conduzir as águas até o perímetro urbano. Coube a municipalidade instalar a adutora para conectar o perímetro urbano ao ponto de captação. Apesar do imprevisto, a municipalidade prosseguiu no seu intuito de prover Campo Grande de água potável. E no ano de 1926, o Intendente informou a Câmara Municipal sobre a situação das obras:

A rede de abastecimento d'água da cidade está assentada e em pleno funcionamento com os seus requisitos técnicos, medido 12.835 metros, a contar do reservatório da distribuição de onde parte a linha de 6 p/p. que segue pela rua José Antonio até o eixo da Avenida Affonso Penna. Esta linha alimenta os encanamentos gerais por canos de 4 polegadas assentados

⁸ Temístocles Paes de Sousa Brasil era Bacharel de Matemática e Ciências Físicas e Engenheiro Militar. Transferido para Campo Grande em 1909, na época com a patente de primeiro-tenente, Sousa Brasil elaborou o Plano do Rocio da cidade, concluído em 1910 (ARRUDA, 2005).

⁹ GOMES, Arlindo de Andrade. *Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo intendente Arlindo de Andrade Gomes, do ano de 1921*. [O Município de Campo Grande em 1921] Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2019, p. 46.

¹⁰ Idem, *Relatório* [...]. Op. cit. 2019, p. 47.

nas ruas: - Av. Mato Grosso, D. Aquino e Av. Affonso Penna que por sua vez abastecem os canos de 2 polegadas distribuídos pelas outras artérias da cidade, tudo de acordo com o projecto approved pela Câmara numa das suas reuniões no ano findo (sic).¹¹

A citação nos permite inferir que o traçado inicial da rede hidráulica contemplava apenas uma parte do perímetro urbano central. Naquele contexto, a distribuição de água para todas as ruas da cidade não estava nos planos da Intendência. A prioridade era a instalação das adutoras nas principais avenidas (José Antônio, Affonso Penna, Mato Grosso, D. Aquino) e, a partir delas, a rede seria gradualmente expandida com canos de menor espessura.

No Relatório encaminhado à Câmara Municipal, Figueredo informou os gastos realizados pela Intendência no transcurso do ano de 1926 para garantir o funcionamento da rede hidráulica. Estes gastos incluíam, além de material e equipamentos hidráulicos, a contratação de dois guardas (um para a represa e um para o reservatório); a contratação de um “agente cobrador do serviço de ligação”; serviços de transporte; a remuneração do encanador e verbas de “indenização”.

Infelizmente, não localizamos os Relatórios da Intendência publicados nas décadas de 1930 e 1940.¹² E, na ausência destes documentos, nos deparamos com uma lacuna nas informações sobre o ritmo de expansão da rede hidráulica e sobre o balanço financeiro do abastecimento de água, no respectivo período. O que sabemos é que em 1937, durante a gestão do Prefeito Eduardo Olímpio Machado, a municipalidade contratou o Escritório Técnico de Saturnino de Brito para elaboração de um projeto urbanístico e de saneamento básico.¹³ Com base neste projeto, em 1939, a municipalidade construiu novas obras de captação e direcionou águas dos córregos Desbarrancado e Joaquim Português para o perímetro urbano. O novo sistema de captação estava integrado ao reservatório existente

¹¹ FIGUEREDO, Arnaldo Estevão de. *Relatório apresentado pelo Intendente Geral do Município à Câmara Municipal, referente ao exercício de 1926, pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueredo, e aprovado pela mesma Câmara em reunião de 15 dezembro do mesmo anno*. Município de Campo Grande. São Paulo: Companhia de Melhoramentos de S. Paulo, 1926, p. 4. [Arquivo Público de Mato Grosso]

¹² Conforme informamos anteriormente, durante a consulta realizada no Arquivo Público de Mato Grosso não localizamos os Relatórios da Intendência de Campo Grande para as décadas de 1930 e 1940. Considerando que a principal finalidade dos Relatórios de Intendência consistia em informar os vereadores sobre as obras públicas e serviços administrados pela municipalidade e apresentar dados sobre a situação das finanças municipais, acreditamos que estes documentos poderiam oferecer informações para assuntos como as primeiras obras de expansão da rede hidráulica, o volume de água captado e distribuído, o número de usuários atendidos, a despesa e a receita gerada pelo serviço nas suas décadas iniciais de funcionamento.

¹³ IORIO, Solange Mattos, et al. A perspectiva da educação ambiental e o processo histórico do saneamento básico: a instalação das redes de água e esgoto nos municípios de Campo Grande/MS e Dourados/MS. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, v. 10, n. 1, 2009, p. 69.

na Rua Bahia, e, a partir deste reservatório, a água era distribuída por gravidade para o centro da cidade.¹⁴

A única peça documental que localizamos com informações sobre o abastecimento de água na Campo Grande dos anos 40 consiste no Decreto Lei n. 47, documento que fixa as receitas e despesas para o ano de 1942. Naquele ano, a municipalidade estimou a receita do abastecimento de água em 330:00\$000 – valor que correspondia a 16% da receita total prevista para os cofres municipais.¹⁵ Este valor, apesar de expressivo, não assegurava os recursos necessários para o financiamento de grandes obras hidráulicas. E, conseqüentemente, a oferta de água potável não cresceu na mesma proporção que a demanda.

Ainda nos primeiros anos da década de 1950, Campo Grande defrontou-se com o problema da insuficiência no volume de água distribuído na rede hidráulica da municipalidade e a imprensa local posicionou-se a respeito do assunto. Na matéria publicada no jornal *Correio do Estado*, no dia 22 de julho de 1954, encontramos uma interessante crítica dirigida ao então Prefeito de Campo Grande, Wilson Fadul.¹⁶ O autor da crítica manifestou discordância em relação à escolha do prefeito pela captação em mananciais superficiais, em detrimento da opção pelo uso das águas subterrâneas.

[...] o caminho lógico, será sem dúvida o aproveitamento do poço semi-artesiano já perfurado no Bairro Amambaí, com resultado altamente compensador para o imediato fornecimento de água potável aos habitantes dali. Mas, o prefeito Fadul, ou melhor, o “Dr. Promessa”, não deseja prosseguir na rota certa, por capricho político e por paixão partidária, demonstrando-se um administrador sem visão e sem espírito público, capaz de prejudicar direitos e aspirações populares, com o seu injustificado procedimento. [...]. Não se incomoda com o problema da água, que se solucione em 2 ou 3 anos, com a sobra do manancial “Cachoeirinha”. Mas este manancial está reservado para servir o povo que habita o centro da cidade e parte da população que vive no Cascudo, na Vila Carvalho, no Bairro Cruzeiro. [...]. O povo precisa é servir-se de água do poço semi-artesiano, já pronto e isso com dois ou três meses de trabalho, desde que se cuide logo dos anos e das ligações internas, obras que já deveriam ter sido iniciadas. Dizer-se que um poço semi-artesiano foi abandonado é um verdadeiro crime contra os interesses da coletividade. O prefeito Fadul está errado e precisa corrigir-se. (sic).¹⁷

Na década de 1960, durante a gestão do Prefeito Wilson Barbosa Martins, o escritório de Saturnino de Brito foi novamente contratado para elaborar um plano para o

¹⁴ ARCA. Campo Grande: um divisor de águas. *Revista de Divulgação do Arquivo Histórico Municipal de Campo Grande*, n. 14, 2009, p. 12.

¹⁵ CAMPO GRANDE. Decreto Lei n. 47. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1942. Campo Grande: Aragão e Cia., 1942. [Arquivo Público de Mato Grosso].

¹⁶ Wilson Fadul foi Prefeito de Campo Grande no período entre 1953 e 1955 (BUAINAIN, 2006).

¹⁷ Jornal *Correio do Estado*, 1954, p. 4.

saneamento de Campo Grande. O plano, contemplava, além de obras para ampliar a oferta de água potável, um sistema para captação de esgoto e um sistema para águas pluviais. A iniciativa sinalizava a preocupação da municipalidade com a situação do abastecimento de água que na época atendia 6.740 ligações.¹⁸

Durante primeira gestão do Prefeito Antonio Mendes Canale (1963-1967), a municipalidade buscou captar recursos federais para executar novas obras de captação e distribuição. Neste período, o projeto de Saturnino de Brito foi revisado por Clarimundo Chapadeiro, engenheiro do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) que visitou Campo Grande para avaliar *in lócus* o potencial do Córrego do Lajeado. No mesmo período, atendendo a sugestão do DNOS, a municipalidade promulgou a Lei n. 955/1996, e, por meio dela, criou a autarquia denominada Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Campo Grande (SAEE). A criação do SAEE foi uma estratégia da municipalidade para viabilizar o acesso aos recursos federais.

A precariedade do serviço de abastecimento de água existente na capital, no final dos anos 60, ficou registrada nas memórias de Canale. Em entrevista concedida para a arquiteta Maura Simões Corrêa Neder Buainain,¹⁹ o ex-prefeito narrou como o problema da insuficiência de água no período anterior à captação no Córrego do Lajeado.

Até então, nós utilizávamos do Desbarrancado, cuja água chegava até o alto da Av. Afonso Pena, onde ainda existem alguns reservatórios. Só que ela chegava em força e pouca. Então, solicitamos aos responsáveis que abrigavam maior número de pessoas, como os hospitais, principalmente a Santa Casa, os hotéis, os locais de reuniões, que construíssem algibes. Alguns tinham que ter motor próprio porque tínhamos o problema da luz. [...]. Então, os nossos carros pipas, que eram dois, abasteciam primeiro estes reservatórios e eles a bombeavam para cima, era um jeito de ter água.²⁰

O fragmento de memória supracitado destaca o problema da insuficiência no volume de água que atendia o perímetro central da cidade. Isso, nos permite inferir que nas periferias de Campo Grande, o problema era ainda mais grave. E a solução técnica defendida pelos gestores municipais apontava para a construção de um novo sistema de captação no Córrego do Lajeado. No entanto, o SAEE não possuía os recursos financeiros necessários para construir o novo sistema de captação e distribuição.

¹⁸ BUAINAIN, Maura Simões C. Neder. *Campo Grande, memória em palavras: a cidade na visão de seus prefeitos*. Campo Grande: PLANURB, 2006, p. 74.

¹⁹ Maura Simões Corrêa Neder Buainain organizou a obra "Campo Grande, memória em palavras: a cidade na visão de seus prefeitos", publicada em 2006. A autora realizou as entrevistas que originaram a obra no período entre 1999 e 2022 (BUAINAIN, 2006, p. 14).

²⁰ Idem, *Campo Grande, memória em palavras*. Op. cit., p. 100.

Na intenção de conseguir os recursos, o Prefeito Canale promoveu a campanha intitulada “Obrigações da Cidade de Campo Grande” e anunciou a intenção de emitir títulos municipais em troca de empréstimos que seriam aplicados nas obras do Lajeado.²¹ A campanha foi noticiada na imprensa local, mas a emissão dos títulos não se concretizou.²²

Diante das limitações orçamentárias do SAEE, o DNOS assumiu o encargo das obras de captação no Córrego do Lajeado. Em 1969, a primeira parte deste novo sistema de captação foi finalizada, ao custo de Cr\$ 1.660. 400, 00. Segundo os dados informados no Plano de Desenvolvimento Integrado de Campo Grande, elaborado pela *Hidroservice – Engenharia de Projetos Ltda.*, em 1970 a rede hidráulica atendia cerca de 9.500 ligações, das quais 200 contavam com hidrômetros. No documento, a empresa responsável pela elaboração do Plano estimou que cada ligação atendia 5,6 habitantes, o que resultaria numa população de 53.000 pessoas atendidas pela rede. Segundo a *Hidroservice*.

O volume de água fornecido diariamente, cerca de 17,5 milhões de litros, que correspondem a cerca de 330 l. “per capita”, constitui valor muito elevado, que sugere haver enorme volume de perdas e desperdícios. Estes atingem um valor inadmissível, são frequentes as torneiras e registros que apresentam um fio de água correndo ininterruptamente.²³

Prejudicado pelo alto desperdício no consumo – fato decorrente do inexpressivo número de hidrômetros instalados – e registrando perdas estimadas em 30% do total de água captada, o sistema atendia somente cerca de 40% da população.²⁴

Em 1970, quando a *Hidroservice* elaborou o Plano de Desenvolvimento Integrado de Campo Grande, a cidade consumia águas procedentes de diversos mananciais. A parte mais antiga do sistema recebia água dos Córregos Jacinto, Joaquim Português e Desbarrancado. A parte inaugurada em 1969 captava águas do Córrego do Lajeado e fornecia cerca de 60% do volume total consumido na cidade. Complementando o volume de água procedente dos mananciais superficiais, a rede também contava com três poços artesianos: um na Vila Planalto, um na Vila São Bento, e o Poço Ventura (que na ocasião estava desativado). É interessante observar que a captação no subsolo, apesar de praticada, tinha pouca importância para o funcionamento do sistema. Nas décadas finais do século

²¹ Idem, *Campo Grande, memória em palavras*. Op. cit., p. 103.

²² Prefeito Canale 6ª feria na Câmara Municipal. *O Mato Grossense*. Campo Grande, p. 1, 07 ab. 1965. Lançadas as obrigações da cidade. *O Mato Grossense*. Campo Grande, p. 1, 17 nov. 1965.

²³ CAMPO GRANDE – HIDROSERVICE. *Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Grande*. Volume III. Infraestrutura urbana. São Paulo: s./ed., s./p., 1970. [Acervo da PLANURB do Município de Campo Grande].

²⁴ Idem, *Plano de Desenvolvimento [...]*. Op. cit., s./p., 1970.

passado este quadro mudou, e, gradualmente, cresceu o número de captações em poços artesianos.

Figura 1: rede de abastecimento de água de Campo Grande, em 1968



Fonte: CAMPO GRANDE – HIDROSERVICE, Volume II – Ilustrações, 1970, s./p.

No que diz respeito à extensão da rede hidráulica existente em Campo Grande, no final da década de 1960, localizamos dois tipos de informações diferentes: uma informa em números a extensão da rede, a outra, apresenta a planta urbana com a área servida por água potável em destaque.

Na **Figura 1**, datada de 1968, as partes da cidade atendidas pela rede hidráulica estão demarcadas em azul. Na mesma figura, podemos identificar duas áreas pintadas em azul. De acordo com a legenda do documento, o atendimento destas áreas estaria previsto no programa de expansão da rede que estava sendo executado pela municipalidade.

Em 1970, o SAAE estava empenhado na construção das obras de ampliação da rede projetadas pelo escritório de engenharia “Antônio Luiz Valente do Couto”. Os estudos apresentados pelo engenheiro Valente do Couto recomendavam diversas obras para ampliar a extensão da rede hidráulica, reduzir perdas e regularizar o abastecimento. Segundo Couto, a rede hidráulica de Campo Grande estava composta de duas partes: a mais antiga, construída com tubos de ferro fundido e ferro galvanizado, e a mais recente, construída com tubos de fibrocimento. A parte mais recente apresentava problemas recorrentes de rompimento e vazamento – problemas que demandavam obras corretivas. Ciente de que a cidade estava em rápida expansão e que muitas ruas estavam sendo asfaltadas, Couto advertiu para o custo elevado da remoção do asfalto e sugeriu “um remanejamento integral da rede”.

A partir dos estudos de Valente do Couto, o SAEE iniciou um conjunto de obras que resultariam na duplicação da rede hidráulica de Campo Grande. Segundo a *Hidroservice*, cerca de 140 km de rede estavam sendo instalados. Contudo, não se tratava somente de instalar novas tubulações: era preciso substituir as que estavam corrompidas, e, em determinadas áreas da cidade, era preciso ampliar o diâmetro das adutoras existentes. Nesse sentido, importa reconhecermos uma limitação imposta pela fonte documental consultada: não sabemos se as tubulações substituídas (por vazamento ou por insuficiência no diâmetro) foram incluídas no cálculo total das obras. O próprio documento consultado registra a imprecisão das informações sobre a extensão da rede.

O aproveitamento da rede existente foi considerável viável, apenas coincidência com o projeto, e quando o estado do material e a localização da tubulação o permite porque:

Não existe cadastro da rede existente e não há concordância entre o antigo projeto de Saturnino de Brito e a discriminação da rede atual, feita pela Prefeitura. É grande o número de trechos e prolongamentos da rede com diâmetros e extensões ignoradas.²⁵

Se a extensão exata da rede hidráulica era imprecisa, o mesmo não pode ser dito quanto à centralização da oferta de água potável. Sobre este aspecto, constatamos, tanto no documento da *Hidroservice* quanto na planta da rede hidráulica apresentada na **Figura 1**, é concentração da oferta de água potável no perímetro central da cidade e nos seus entornos mais próximos. No documento da *Hidroservice* consta que:

O projeto do escritório Valente Couto que está sendo seguido pelo SAEE, abrange 100% da zona central (380 h/a), 100% da zona intermediária (1.110 h/a) e 18% da zona considerada como de expansão da cidade (740 h/a). Esta área de projeto foi fixada pela SANEMAT.

A **Figura 1** e a citação supramencionada não deixam dúvidas sobre a elevada centralização da rede de abastecimento de água existente em Campo Grande no final dos anos 60. Sob o ponto de vista demográfico, este tipo de centralização é compreensível porque permite o atendimento de um contingente populacional mais expressivo. Geralmente, o perímetro urbano de uma cidade apresenta maior densidade demográfica. No entanto, quando consideramos o fenômeno da expansão da malha urbana para as extremidades do município, podemos inferir que a estratégia de centralização da rede hidráulica adota pelo SAEE e endossada pela SANEMAT foi prejudicial para a população residente nas áreas periféricas de Campo Grande.

²⁵ Idem, *Plano de Desenvolvimento* [...]. Op. cit., s./p., 1970.

Antes de avançarmos para a próxima sessão do artigo, é oportuno revisarmos as 5 instituições públicas que participaram das discussões e investimentos no abastecimento de água em Campo Grande, no período anterior a 1971. São elas: (i) o Ministério de Guerra; (ii) a municipalidade; (iii) o DNOS, (iv) o SAEE – que apesar de ser uma autarquia, estava vinculado à municipalidade; e (v) a SANEMAT. Na sequência do artigo, vamos analisar com mais profundidade o papel da SANEMAT na gestão pública do abastecimento de água, na cidade de Campo Grande.

Entre ato: a inserção de Campo Grande no PLANASA

No transcurso da década de 1960, o governo do Estado de Mato Grosso promoveu reformas administrativas que impactaram na gestão dos serviços de saneamento ofertados para a população mato-grossense. Em 1966, por meio da Lei Estadual n. 2.626, o governo criou uma sociedade de economia mista denominada SANEMAT.²⁶ A empresa foi criada como autarquia e recebeu a incumbência de administrar o planejamento e a oferta de serviços de saneamento básico (abastecimento de água potável e coleta de esgoto), ficando também com a responsabilidade de receitas e despesas geradas pelos respectivos serviços.²⁷

A criação da SANEMAT antecedeu a formação do Sistema Financeiro de Saneamento (SFS) e também antecedeu o Plano Nacional de Saneamento, implantando em 1971. Esse fato nos permite afirmar que o estado de Mato Grosso, ao criar um órgão estadual para planejar e executar obras de saneamento, se antecipou à política federal de concessão de empréstimos para as companhias estaduais de saneamento, adotada pelo PLANASA.

Na *Mensagem* encaminhada pelo governador para a Assembleia Legislativa, em 1971, constam dados sobre a inserção do Estado de Mato Grosso no SFS. A inserção, efetivada no transcurso do ano de 1968, resultou na concessão de empréstimos procedentes do Banco Nacional de Habitação (BNH) e possibilitou que a SANEMAT realizasse investimentos em projetos e obras de saneamento.²⁸

Sob o ponto de vista financeiro, o SFS adotado pelo PLANASA era relativamente simples: cada Estado deveria formar, juntamente com os seus municípios, um fundo estadual para financiamento do saneamento; e a partir do valor deste fundo, o governo

²⁶Segundo Barreto (2005), a SANEMAT foi criada com parte dos ativos da extinta Empresa de Força, Luz e Água (EFLA).

²⁷ MATO GROSSO. *Falas e Mensagens dos Governadores*. Saneamento. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1966.

²⁸ MATO GROSSO. Lei Estadual nº 2626. *Súmula Histórica da Política de Saneamento*. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1971.

federal, por meio do BNH, concederia empréstimos com recursos procedentes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). No entanto, os recursos federais deveriam ser direcionados somente para as Companhias Estaduais de Saneamento e, as municipalidades deveriam transferir, para as respectivas companhias, a gestão dos serviços.

Na concepção dos técnicos responsáveis pelo PLANASA, as Companhias Estaduais de Saneamento estariam mais aptas para atender ao princípio da eficiência na gestão pública, desde que assumissem o compromisso da autossustentação financeira. Ou seja, elas deveriam gerar, via cobrança de taxas pelos serviços ofertados, as receitas necessárias para seus gastos operacionais e deveriam ainda saldar os empréstimos procedentes do governo federal, reduzindo a dependência de aplicações a fundos perdidos.

Dentro do arranjo institucional desenhado pelo PLANASA, dois pontos merecem destaque: (1) a participação federal no financiamento do saneamento estava condicionada ao limite de investimento dos Estados e municípios, e, conseqüentemente, Estados com maior capacidade de investimento recebiam empréstimos mais expressivos, (2) o direcionamento dos recursos federais exclusivamente para as Companhias Estaduais prejudicou o funcionamento de sistemas de saneamento administrados pelas municipalidades, como era o caso do SAEE de Campo Grande.

Incapaz de acessar os recursos do SFS, e ciente da necessidade de novas obras de saneamento, em 1975 a municipalidade de Campo Grande transfere os serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto para a SANEMAT. A transferência foi negociada durante a primeira gestão do Prefeito Levy Dias (1973-1977). Nas suas memórias sobre a gestão municipal, registradas no livro “Campo Grande: memória em palavras”, Dias reconheceu que entregar a administração do SAEE para o governo estadual foi um “negócio doloroso”, mas necessário, diante das condições impostas pelo PLANASA. Em 2006, recordando o contexto das negociações da transferência, o ex-prefeito afirmou:

[...] Campo Grande precisava aderir ao programa [PLANASA] para viabilizar a entrada de Mato Grosso, uma vez que para fazer a equalização das tarifas seria necessário compensar o prejuízo das pequenas cidades com o lucro das grandes cidades. A maioria das nossas cidades dava prejuízo. Campo Grande poderia ficar muito bem sem entrar no programa, mas Terenos, Bandeirantes e Rochedo ficariam mal.²⁹

[...] não havia outra saída senão passar o SAEE ao Estado. Naquele tempo, a coisa era diferente. A decisão vinha de cima para baixo. Não havia discussão política, nem passeata. Além do mais, era um negócio que a gente entendia importante: se Campo Grande não entrasse, Mato Grosso não entrava.³⁰

²⁹ BUAINAIN, Maura Simões C. Neder. *Campo Grande, memória em palavras: a cidade na visão de seus prefeitos*. Campo Grande: PLANURB, 2006, p. 196.

³⁰ Idem, *Campo Grande, memória em palavras*. Op. cit., p. 197.

As memórias do ex-prefeito Levy Dias nos remetem a dois aspectos do PLANASA: o seu viés autoritário e o seu modelo centralizador. Na prática, a transferência atendia aos objetivos do PLANASA que pretendia fortalecer as companhias estaduais de saneamento, mas em contrapartida, anulava o papel da municipalidade nas decisões relacionadas à oferta de água potável e esgotamento sanitário. Ela também privava municipalidade da renda gerada pelos serviços de saneamento, sem oferecer uma compensação por investimentos que, originalmente, partiram dos cofres municipais.

Na perspectiva da gestão pública atual, é fácil perceber que a transferência era prejudicial para a municipalidade. No entanto, convém lembrarmos que o PLANASA foi implantado durante o Regime Civil-Militar. E, naquele contexto, o governo federal suprimiu os interesses das municipalidades em nome de prioridades definidas pelos tecnocratas que coordenavam o sistema de financiamento público do saneamento.³¹ Nesse sentido, concordamos Souza quando ele afirma que: “O clima ostensivo do regime, mais a indisposição do BNH em não liberar recursos do FGTS aos operadores municipais, praticamente forçaram o ente federativo local a realizar a concessão.”³²

A experiência da SANEMAT na gestão dos serviços de saneamento em Campo Grande foi curta. Em 1979, como consequência da criação do Estado de Mato Grosso do Sul, os serviços foram assumidos pela Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul S/A (SANESUL). Mas apesar de breve, a experiência supramencionada foi importante porque resultou na finalização das atividades do SAEE e marcou a inserção de Campo Grande no PLANASA. A partir desta inserção, a gestão do saneamento na capital do novo Estado de Mato Grosso do Sul tornou-se um assunto de competência da SANESUL – assunto que será abordado na próxima sessão deste estudo.

A empresa SANESUL e a gestão do abastecimento de água em Campo Grande

A criação do Estado de Mato Grosso do Sul ocorreu por meio da Lei Complementar Nº 31, promulgada no dia 11 de outubro de 1977.³³ Posteriormente, no dia 01 de janeiro de 1979, a primeira gestão do governo estadual sul mato-grossense iniciou suas atividades. No

³¹ REZENDE, Sonaly Cristina; HELLER, Léo. *O Saneamento no Brasil*. Políticas e interfaces. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

³² SOUZA, Paulo César. *Avaliação Econômica da Companhia Estadual de Saneamento (SANEMAT) – concessionária de água e esgoto em Mato Grosso no período de 1967 a 1998*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2008, p. 27.

³³ BRASIL. *Lei Complementar n. 31 de 11/10/1977*. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Brasília. Publicada no Diário Oficial de 12/10/1977.

intervalo de tempo entre 11 de outubro de 1977 e 01 de janeiro de 1979, foram negociadas as condições da transferência de bens patrimoniais e de recursos humanos do estado de Mato Grosso para o Mato Grosso do Sul. A União Federal participou das negociações e assumiu o compromisso de oferecer compensações por perdas patrimoniais e por dívidas que o Mato Grosso assumiu no período anterior a divisão do seu território. E, como resultado destas negociações, o governo de Mato Grosso do Sul e a SANESUL iniciou sua atuação sem dívidas pendentes.

Considerando o processo de endividamento das companhias estaduais de saneamento que estava em curso no Brasil dos anos 70, podemos afirmar que a SANESUL iniciou suas atividades numa situação financeira privilegiada. No que diz respeito ao abastecimento de água, ainda no primeiro de existência, a SANESUL assumiu a gestão do serviço em 25 municípios, e, por meio das suas redes hidráulicas, atendeu uma população de 297.087 habitantes. Da população atendida em todo o território sul-mato-grossense, uma parte expressiva estava concentrada em Campo Grande – cidade que em 1979 registrava 115.052 habitantes conectados à rede de água potável. No ano seguinte, no Censo de 1980, a capital de Mato Grosso do Sul registrou uma população de 291.777 habitantes.

Quando comparamos a situação do abastecimento de água em Campo Grande, no biênio 1979/1980, com a situação no interior de Mato Grosso do Sul, podemos constatar que a capital estava numa situação mais favorável que as cidades de pequeno e médio porte. No entanto, quando comparamos a situação de Campo Grande com a de outras capitais estaduais, no mesmo período, a situação se inverte. A elevada porcentagem da população desprovida de água que residia na capital (60,6%) colocava Campo Grande numa das situações mais precárias, dentro do cenário nacional.

O fato de Campo Grande apresentar, no final da década de 1970, uma baixa cobertura na oferta do abastecimento de água, é um indicativo de que o sistema de financiamento público do saneamento adotado pelo PLANASA não provocou grandes impactos cidade. O mesmo fato nos permite elucidar uma das fragilidades do PLANASA: a disparidade na distribuição dos recursos do BNH entre os estados da federação. Ao instituir como regra a divisão do financiamento entre as três esferas administrativas (cabendo a União 37,5%; e aos Estados e municípios 25%, respectivamente), o plano “beneficiou os Estados com maior capacidade de investimento, e, no sentido inverso,

dificultou o acesso aos recursos do BNH para os Estados com menor arrecadação tributária, [...]”³⁴

De fato, os recursos destinados pelo PLANASA, para o Mato Grosso (via SANEMAT), e a partir de 1979, para o Mato Grosso do Sul (via SANESUL), foram inexpressivos, quando comparados com os recursos destinados por Estados das regiões Sul e Sudeste.³⁵ Mas o fato de ter recebido apenas uma pequena fração do volume total dos créditos liberados pelo BNH, não impediu o rápido endividamento da SANESUL com o BNH. Em 1982, apenas 3 anos depois de iniciar suas atividades, a SANESUL registrou um “saldo descoberto” no valor de 43% da sua arrecadação.³⁶

No começo dos anos 80, apesar do elevado grau de endividamento, a SANESUL ampliou gradualmente a oferta de água em Campo Grande. No **Quadro 1**, destacamos a expansão da população atendida no período entre 1981-1987.

Quadro 1: Evolução da população atendida pelo abastecimento de água

Ano	População Urbana	População atendida	%
1981	305.520	162.929	53,33
1982	229.962	173.624	52,62
1983	356.359	207.475	58,22
1984	384.867	235.990	61,32
1985	415.657	308.149	74,14
1986	448.909	369.905	82,40
1987	484.822	408.893	84,34

Fonte: MATO GROSSO DO SUL – SEPLAN, 1989, p. 122.

Os números apresentados no **Quadro 1** procedem de um documento elaborado pela Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul. Eles registram um cálculo de a expansão baseado numa estimativa de 4,2 habitantes para cada economia conectada na rede hidráulica e indicam um acentuado aumento na população que recebia a água da SANESUL.

³⁴ RÜCKERT, Fabiano Quadros. O panorama do abastecimento de água no Mato Grosso do Sul no decênio 1979-1989. In: RÜCKERT, Fabiano Quadros; FREITAS, Elisa Pinheiro de. (Orgs.). *Urbanização e abastecimento de água no Mato Grosso do Sul*. São Leopoldo: OIKOS, 2022, p. 87.

³⁵ JORGE, Wilson Edson. A política nacional de saneamento, pós-64. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

³⁶ Segundo Jorge (1987), a diferença anual entre as receitas e os custos era classificada como “saldo descoberto”, e todas as Companhias Estaduais de Saneamento, no começo dos anos 80, apresentavam “saldo descoberto”.

Em 1989, quando o documento foi elaborado, Campo Grande consumia águas captadas em mananciais superficiais (Desbarrancado, Lajeado, Jacinto e Guariroba) e em poços artesianos. Este segundo tipo de captação, outrora considerado inexpressivo, no final dos anos 80 correspondia a 31,88% do volume total de água fornecido para a população da capital. O crescimento no número de poços subterrâneos perfurados pela SANESUL e conectados à rede foi de extrema importância para assegurar a continuidade da expansão na oferta.

Considerando os números apresentados no **Quadro 1**, e considerando o fato de que em 1985 a SANESUL concluiu as obras de captação no Córrego Guariroba, podemos afirmar que o desempenho do serviço de abastecimento de água em Campo Grande, no transcurso da década de 1980, foi positivo. Entretanto, seria um equívoco considerar este desempenho como um mérito exclusivo da SANESUL.

No nosso entendimento, o conjunto de projetos e obras realizadas pela municipalidade, pelo DNOS e pela SANEMAT, no período anterior a 1979, foi fundamental para viabilizar o crescimento na oferta do serviço registrado nos anos 80. Igualmente importante, foram as mudanças promovidas pela municipalidade nas práticas de uso do solo urbano. De forma gradual e contínua, a Prefeitura de Campo Grande aprimorou o controle dos novos loteamentos habitacionais, incentivou a regularização de loteamentos antigos e promoveu intervenções urbanísticas em áreas de favelas. Estas medidas, de forma indireta, também impactaram na expansão do abastecimento de água.

Em 1995, por ocasião do término do contrato que assegurava ao governo estadual o controle dos serviços de saneamento em Campo Grande, o destino dos respectivos serviços dividiu a posição das autoridades políticas. De um lado, se posicionaram os adeptos da renovação da concessão para a SANESUL; do outro, os adeptos da uma gestão municipal dos serviços. Além destes dois grupos, existiam também os adeptos da privatização. Na ausência de um consenso, a municipalidade, através da Lei Municipal n. 3.205, de 3 de novembro de 1995, optou por prorrogar a concessão para a SANESUL por um prazo de 40 meses. Três anos depois, a municipalidade decidiu reassumir a gestão do abastecimento de água e da coleta de esgoto, e, por meio da Lei Municipal n. 3.571/98, constituiu a Companhia de Saneamento de Campo Grande – Águas de Campo Grande, sob a forma de sociedade anônima de economia mista.

As discussões sobre o futuro da gestão do saneamento na Campo Grande dos anos 90 foram influenciadas pelo fim do PLANASA e pela proposição de uma agenda política nacional que incentivou a privatização de serviços públicos. Inserida num contexto de neoliberalismo e de acentuada retração dos investimentos públicos, a política de

privatização iniciada no governo Collor de Mello, mantida no governo Itamar Franco e intensificada nos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso, foi apresentada como alternativa para a redução no déficit nas finanças públicas e para atração de recursos externos.

No plano jurídico nacional, a promulgação da Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, fortaleceu a política de privatização dos serviços públicos.³⁷ Com o respaldo desta lei, a municipalidade de Campo Grande promoveu ações que resultaram na concessão dos serviços de saneamento para o Consórcio Guariroba – constituído pelas empresas Cobel, SANESUL e Águas Barcelona. Representado nominalmente pela empresa *Águas Guariroba*, no dia 18 de outubro do ano 2000, o Consórcio e municipalidade assinaram o contrato, formalizando os termos da concessão dos serviços de saneamento. Encerrava-se, neste ato, a experiência da gestão pública do abastecimento de água na cidade de Campo Grande.

Considerações finais

Iniciamos este estudo cientes de que a privatização dos serviços de saneamento em Campo Grande marca o final da experiência da gestão pública do abastecimento de água, na respectiva cidade. Intencionalmente, não abordamos a história da coleta e tratamento de esgoto na capital de Mato Grosso do Sul porque entendemos que este serviço, apesar de ser parte do saneamento básico, apresenta particularidades técnicas, jurídicas e sanitárias.

A partir de informações coletadas nas fontes documentais consultadas e com o auxílio da bibliografia, produzimos uma narrativa centrada nas discussões e ações promovidas pelo poder público durante o processo de expansão da oferta de água potável, na cidade de Campo Grande. Nesta narrativa, enfatizamos a participação de diferentes esferas da administração pública no planejamento, financiamento, execução e operacionalização de obras hidráulicas.

Por meio de instituições como o Ministério de Guerra, o DNOS, e o BNH o governo federal exerceu um papel importante nas iniciativas para abastecer a população com água potável. Cronologicamente, a atuação federal foi mais incisiva na década de 1960, durante a construção do sistema de captação do Lajeado, e na década de 1970, período em que Campo Grande recebeu recursos federais procedentes do PLANASA.

³⁷ BRASIL. *Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995*. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm Acesso: 05 fev. 2023.

O governo estadual, por sua vez, também participou da expansão na oferta do abastecimento de água, sobretudo por meio de projetos e obras executados pela SANEMAT, e, a partir de 1979, pela SANESUL. Conforme demonstramos no estudo, o sistema de financiamento do saneamento implantado pelo PLANASA favoreceu o fortalecimento das companhias estaduais de saneamento, e, no sentido inverso, dificultou a atuação das municipalidades.

Durante o PLANASA, e mais especificamente, em 1975, a municipalidade de Campo Grande transferiu o SAEE para o governo estadual de Mato Grosso. Este, por sua vez, na ocasião da criação do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1979, transferiu a gestão do saneamento para a SANESUL. O trabalho desenvolvido pelas duas companhias estaduais possibilitou um gradual aumento na oferta de água potável.

Os números apresentados no **Quadro 1** indicam que o aumento na porcentagem da população atendida foi mais expressivo na década de 1980. Cabe ressaltar que apesar da expansão no número de economias conectadas na rede hidráulica de Campo Grande, e das ações voltadas para redução de vazamentos e perdas, a meta de autossustentação das empresas de saneamento, incentivada pelo PLANASA, não foi atingida pela SANESUL. Sobrecarregada pelas dívidas contraídas com o governo federal, a empresa tornou-se deficitária e encontrou dificuldades para o financiamento de novas obras de captação, tratamento e distribuição de água.

Nos anos 90, quando a municipalidade de Campo Grande reassumiu o controle dos serviços de saneamento, a política nacional de privatização e a crise no sistema público de financiamento do saneamento, decorrente da extinção do PLANASA, influenciaram na decisão pela privatização. Se esta decisão foi correta ou equivocada é uma questão que excede os objetivos do artigo. Contudo, para estimular as discussões sobre a eficiência ou ineficiência do poder público na gestão do saneamento, convém pontuar que a concessionária vencedora da Licitação, recebeu no ano de 2000, uma rede de água potável que atendia 96% da população residente na capital de Mato Grosso do Sul. No quesito expansão na oferta de água, podemos dizer que a experiência de gestão pública do abastecimento de água, desenvolvida na cidade de Campo Grande, no período entre 1921 e 2000, apresentou resultados satisfatórios – fato que nos permite refutar o argumento da ineficiência do setor público usado pelos adeptos da privatização do saneamento.

Recebido em 15 de abril de 2022

Aceito em 11 de maio de 2022